

**NOTA INFORMATIVA**

---

de: Praesidium

para: Convenção

---

Assunto: **Mandato do grupo de peritos designados pelos Serviços Jurídicos**

---

O Praesidium, reunido em 29 de Janeiro de 2003, decidiu solicitar aos Serviços Jurídicos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão que designassem peritos para coadjuvar o próprio Praesidium no trabalho de adaptação técnica das disposições a inserir na segunda parte do Tratado Constitucional.

Junto se enviam, à atenção dos membros da Convenção :

- no Anexo A, o mandato enviado aos três Serviços Jurídicos;
- no Anexo B, um quadro indicativo, elaborado pelo Secretariado da Convenção, em que é indicado, a título preliminar, o destino a dar às disposições dos actuais Tratados (TCE e TUE).

---

**Mandato do grupo de peritos**  
**designados pelos Serviços Jurídicos das três Instituições**

1. A Convenção acordou em que os seus trabalhos deveriam conduzir ao envio ao Conselho Europeu de um Tratado Constitucional único, ou seja, de um tratado construído com base na fusão do TCE com o TUE. Está ainda em estudo a questão de saber se o Tratado EURATOM também deverá ser incorporado no Tratado Constitucional.
2. Com base na metodologia do Tratado Constitucional único que virá substituir o TCE e o TUE, o Praesidium apresentou à Convenção, em Outubro passado, um anteprojecto de estrutura do Tratado que suscitou um amplo apoio e que constitui, assim, a primeira base dos nossos trabalhos (doc. CONV 369/02).
3. O Praesidium está agora a elaborar os artigos da primeira parte do Tratado, a parte "fundamental", que submeterá, por secções, à apreciação do plenário a partir do final de Janeiro. É desejo do Praesidium que os trabalhos respeitantes à segunda parte do Tratado Constitucional vão avançando em paralelo. O Secretariado da Convenção desenvolveu uma tarefa preliminar, a de apontar o destino a dar às diferentes disposições do TCE e do TUE à luz do anteprojecto de Tratado Constitucional e das orientações já emanadas dos trabalhos da Convenção (ver documento anexo). Foram assim identificadas quatro categorias de disposições, a saber, as que
  - i) deverão manter-se inalteradas (excepto numeração e referências);
  - ii) podem desde já ser alteradas para ter em conta o consenso alcançado na Convenção;
  - iii) deverão ser suprimidas, quer à luz dos trabalhos da Convenção quer por terem caducado;
  - iv) deverão sofrer alterações de fundo (e cuja redacção cabe, pois, ao Praesidium) ou alterações que só poderão ser introduzidas depois de o Praesidium tomar uma decisão definitiva sobre questões preliminares a cujo respeito ainda não há orientações consensuais nesta fase.

4. O Praesidium solicita aos Serviços Jurídicos das três Instituições que designem um grupo de peritos para preparar os textos da segunda parte do Tratado atinentes às disposições das segunda e terceira destas categorias de acordo com as seguintes indicações:
- As alterações a introduzir, que decorrem, no essencial, dos resultados dos debates do Grupo de Trabalho sobre a Simplificação dos Procedimentos e dos Instrumentos, favoravelmente acolhidos pela Convenção (doc. CONV 424/02), consistem no seguinte :
    - generalização da votação por maioria qualificada no processo de co-decisão (página 14 do referido documento) ;
    - supressão do processo de cooperação e sua substituição pelo processo de co-decisão ou pelo parecer simples (página 16) ;
    - substituição de determinados procedimentos de parecer favorável pelo processo de co--decisão (página 17).
- Consistem, além disso, em:
- modificar a denominação dos instrumentos jurídicos, com excepção dos casos em que se imponha uma decisão de fundo (página 6) ;
  - substituir a remissão para o art. 251.º pela menção específica do processo de co-decisão (página 15) ;
  - colocar o PE e o Conselho em pé de igualdade quando se faça referência ao processo de co-decisão (página 15) ;
  - adaptar a denominação "Comunidade" e o adjectivo "comunitário" à designação da nova entidade (para este exercício, mantém-se a designação "União Europeia").
- O grupo deverá também harmonizar a formulação das diferentes bases jurídicas no que toca à terminologia utilizada para definir o processo decisório no Conselho (ver documento. CONV 424/02, página 7).
  - O grupo deverá igualmente suprimir os artigos apontados como sendo "a suprimir" ou "caducos"; pede-se-lhe também que informe o Praesidium, por intermédio do Secretariado da Convenção, de outras disposições a suprimir, ou caducas, que eventualmente detecte.

- Pede-se ainda ao grupo que transmita ao Praesidium, por intermédio do Secretariado da Convenção, as sugestões de posterior simplificação técnica que considere oportunas, tais como a fusão de determinadas disposições num único artigo, desde que daí não decorram alterações de fundo. Caso o grupo entenda que pode ser ponderada uma simplificação mais vasta, deverá submeter a questão à apreciação do Praesidium, por intermédio do Secretariado da Convenção, a fim de receber instruções.
  - Parte-se do princípio de que o anteprojecto de estrutura do Tratado tem um carácter meramente indicativo. O grupo de peritos pode pois, se o julgar oportuno, sugerir agrupamentos diferentes na segunda parte, ou mesmo propor o aditamento de uma secção ou título ou de uma parte nova (por exemplo, identificar o local em que deverão figurar as disposições relativas aos países e territórios ultramarinos, ou acrescentar na segunda parte uma secção sobre a cidadania para consagrar as bases jurídicas que não constam da primeira parte).
5. O grupo de peritos não efectuará outras alterações, designadamente no que respeita aos processos decisórios que não tenham sido objecto de orientações consensuais na Convenção e sobre os quais o Praesidium ainda não tenha tomado uma decisão definitiva. Trata-se, nomeadamente, da questão de saber se generalização da votação por maioria qualificada pode englobar outros processos que não o da co-decisão, bem como da questão da generalização do processo de co-decisão à aprovação de todos os actos legislativos (e de quais as excepções que devem ser previstas numa ou noutra destas hipóteses).
  6. Solicita-se ao grupo de peritos que até final de Fevereiro apresente ao Praesidium, através do Secretariado da Convenção, os resultados desta primeira fase dos seus trabalhos. Fica assente que o grupo contactará com o Secretário-Geral da Convenção, sempre que deparar com dificuldades ou colocar interrogações, a fim de receber orientações. Se for caso disso, o Secretário-Geral submeterá essas questões à apreciação do Praesidium. As reuniões do grupo de peritos contarão com a presença de membros do Secretariado da Convenção.
  7. Após esta primeira fase, o Praesidium poderá incumbir o grupo de peritos de prosseguir os trabalhos à luz da solução que venha entretanto a ser dada para as questões em aberto.

**2.ª PARTE :**  
**AS POLÍTICAS E A EXECUÇÃO DAS ACÇÕES DA UNIÃO**

<b><u>ARQUITECTURA DO TRATADO</u></b>				
<b><u>A. POLÍTICAS E ACÇÕES INTERNAS</u></b>				
	<b>ARTIGOS INALTERADOS <sup>1</sup></b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
<b>A1. MERCADO INTERNO</b>				
I. Livre circulação de pessoas e serviços				
1. Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 41.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 39.º (termo "Comunidade")</li> <li>▪ Art. 40.º</li> <li>▪ Art. 42.º</li> </ul> <p><i>Denominação procedimento de co-decisão</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 42.º, último parágrafo : <i>Generalização da maioria qualificada para a co-decisão (relatório Amato)</i></li> </ul>		

<sup>1</sup> Mesmo os artigos que se mantêm inalterados carecerão nomeadamente de um trabalho de adaptação, inclusive da numeração.

2.	Liberdade de estabelecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 43.º</li> <li>▪ Art. 44.º (excep. n.º 1)</li> <li>▪ Art. 45.º</li> <li>▪ Art. 46.º, n.º 1</li> <li>▪ Art. 47.º, n.º 3</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 44.º, n.º 1;</li> <li>▪ Art. 46.º, n.º 2;</li> <li>▪ Art. 47.º, n.ºs 1 et 2</li> <li>▪ Art. 48.º</li> </ul> <p><i>Denominação proc. de co-decisão e ref. à "Comunidade"</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 47.º, n.º 2 : <i>generalização da maioria qualificada para a co-decisão (relatório Amato)</i></li> </ul>		
3.	Liberdade de prestação de serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 50, 51</li> <li>▪ Art. 54, 55</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 49.º : ref. à "Comunidade"</li> <li>▪ Arts. 52.º, 53.º : ref. a "directivas"</li> </ul>		
4.	Vistos, asilo e imigração e outras políticas relativas à circulação de pessoas				<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.61.º (parcialmente caduco)</li> <li>▪ Art.62.º</li> <li>▪ Art.63.º</li> <li>▪ Art.64.º</li> <li>▪ Art.65.º</li> <li>▪ Art.66.º</li> <li>▪ Art.67.º Art.69.º (questão da situação do UK, Irlanda e Dinamarca; a alterar?)</li> <li>▪ Art.68.º</li> </ul>

II. Livre circulação de mercadorias	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 23.º</li> <li>Art. 24.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 23.º, n.º 1 : <i>ref. à "Comunidade"</i></li> </ul>		
1. União Aduaneira	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 25.º, 26.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 27.º : <i>ref. à "Comunidade"</i></li> </ul>		
2. Proibição das restrições quantitativas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Arts. 28.º a 31.º</li> </ul>			
III. Capitais e pagamentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 56.º</li> <li>Art. 57.º, n.º 1</li> <li>Art. 58.º</li> <li>Art. 59.º</li> <li>Art. 60.º, n.º 2</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 57.º, n.º 2 : <i>ref. à "legislação comunitária"</i></li> <li>Art. 60.º, n.º 1 : <i>ref. à "Comunidade"</i></li> </ul>		
<b>III-A. DISPOSIÇÕES FISCAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Arts. 90.º a 93.º</li> </ul>			
IV. A aproximação de legislações	<ul style="list-style-type: none"> <li>Arts. 96.º, 97.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 94.º : <i>manutenção do conceito de mercado "comum"?</i></li> <li>Art. 95.º : <i>ref. a "directivas"</i></li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 94.º : <i>consolidação com o art. 95.º ?</i></li> </ul>

A2 POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA	ARTIGOS INALTERADOS	ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO	ARTIGOS A SUPRIMIR	ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE
<b>I. Política económica ?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 100.º, n.º 1</li> <li>▪ Art. 101.º, n.º 2</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 98.º</li> <li>▪ Art. 99.º</li> <li>▪ Art. 100.º, n.º 2</li> <li>▪ Art. 101.º, n.º 1</li> <li>▪ Art. 102.º, n.º 1</li> <li>▪ Art. 103.º, n.º 1</li> <li>▪ Art. 104.º (procedimento défice excessivo)</li> </ul> <p><i>Ref. à "Comunidade" ou a "comunitária" (art. 100.º, n.º 2)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 99.º, n.º 5 : <i>alteração de procedimento : co- -decisão (relatório Amato)</i></li> <li>▪ Art. 102.º, n.º 2 : <i>alteração de procedimento : parecer simples (relatório Amato)</i></li> <li>▪ Art. 103.º, n.º 2 : <i>alteração de procedimento : parecer simples (relatório Amato)</i></li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 99.º, n.º 2 : <i>alteração de procedimento de aprovação OGPE ?</i></li> <li>▪ Art. 99.º, n.º 4 : <i>alteração de procedimento de aprovação das recomendações/ avisos ?</i></li> <li>▪ Art. 104.º, n.ºs 6 a 14 : <i>alteração de procedimentos? Conselho ECOFIN composto apenas pelos membros da zona Euro ?</i></li> </ul> <p><b>[A rever à luz das recomendações do relatório Hänsch – Grupo de Trabalho sobre a Governação Económica]</b></p>



<p><b>II. Política monetária?</b></p> <p><i>Arts 107.º a 109.º et 112.º a 115.º: cf. secção D da segunda parte "O funcionamento da União"</i></p> <p><i>Art. 110.º : cf. Art. 24.º do Tratado Constitucional</i></p> <p><i>Art. 111 : cf. secção B da segunda parte "A acção externa"</i></p> <p><i>cf. também protocolos relativos à UEM</i></p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arts. 105.º, 106.º : <i>ref. à "Comunidade"</i></li> <li>▪ Art. 106.º, n.º 2 : <i>alteração de procedimento : co-decisão (relatório Amato)</i></li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 105.º, n.º 6 : <i>alteração de procedimento ? co-decisão ? (relatório Amato)</i></li> </ul>
<p><b>IV. Disposições transitórias</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arts. 119.º e 120.º : <i>continuam a ser aplicáveis aos EM que beneficiam de uma derrogação (cf. art. 122.º, n.º 6)</i></li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ [Art. 116.º (fases) : <i>suprimir</i></li> <li>▪ Art. 117.º (IME) : <i>suprimir (mas ter em conta o artigo 44.º dos Estatutos SEBC : necessidade de disposição análoga ao art. 114.º, n.º 4) ?</i></li> <li>▪ Art. 118.º : <i>suprimir</i></li> <li>▪ Arts. 121.º a 124.º (participação na UEM): <i>revogação parcial ?</i>]<sup>1</sup></li> </ul>	

<sup>1</sup> Este trabalho exige verificações prévias.

<b>A3. POLÍTICAS NOUTROS DOMÍNIOS ESPECÍFICOS</b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
<i>I. Cidadania da União</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 20.º, segundo período (protecção diplomática)</li> <li>Art. 22.º (novos direitos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 18.º, n.ºs 2 et 3</li> </ul> <p><i>Ref. Comunidade e denominação procedimento de co-decisão</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 19.º n.ºs. 1 et 2 (direito de eleger e de ser eleito) : ver art. 5.º do Tratado Constitucional; fusão destes dois n.ºs ?</li> <li>Art. 194.º (petição ao PE) : <i>Secção D ou aqui ?</i></li> </ul>		
<i>I.-A 1.1.1 Regras de concorrência</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art.85.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 81.º (substituir "mercado comum" por mercado interno");</li> <li>Art. 82.º (idem);</li> <li>Art.86.º, n.º 1 substituir "Tratado" por "Constituição"; suprimir as remissões para os artigos;</li> <li>Art.86.º, n.º2: idem; substituir "Comunidade" por "União";</li> <li>Art. 86.º,n.º3 : alteração instrumento</li> <li>Art.87.º,n.º1: substituir "Tratado" por "Constituição" e "mercado comum" por "mercado interno";</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art.87.º, n.º 2: referência à Alemanha antes da reunificação – caduco ?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 83.º (modificação dos instrumentos "regulamento" e "directiva");</li> <li>Art.84.º<sup>1</sup></li> </ul> <p>Art.89.º: instrumento</p>

<sup>1</sup> A eventual supressão deste artigo requer uma análise aprofundada.

		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.87.º, n.º3: idem;</li> <li>▪ Art.88.º,n.º1: idem;</li> <li>▪ Art.88.º,n.º2: idem;</li> <li>▪ Art.88.º,n.º3: idem;</li> </ul>		
II. Política social (sem prejuízo das recomendações do Grupo de Trabalho XI sobre a Europa Social)	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.137.º,n.º6</li> <li>▪ Art.139.º</li> <li>▪ Art.140.º</li> <li>▪ Art.141.º,n.ºs1, 2 et 4</li> <li>▪ Art.144.º</li> <li>▪ Art.145.º</li> <li>▪ Art.147.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.137.º,n.º1: idem</li> <li>▪ Art.137.º,n.º2: mudar "directivas" e formulação co-decisão;</li> <li>▪ Art.137.º,n.º3: processo de aprovação</li> <li>▪ Art.137.º,n.º3 : termo "directiva";</li> <li>▪ Art.137.º,n.º4:termo "Tratado";</li> <li>▪ Art.138.º: termo "comunitário"</li> <li>▪ Art.141.º,n.º3:alterar formulação co-decisão;</li> <li>▪ Art.143.º: termo "Comunidade";</li> <li>▪ Art.146.º: termo "Comunidade";</li> <li>▪ Art.148.º: formulação co-decisão</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.136.º: aditamento Carta ?</li> </ul>

III. Coesão económica e social		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.158.º (substituir o termo "Comunidade")</li> <li>▪ Art.159.º (idem)</li> <li>▪ Art.160.º (idem)</li> <li>▪ Art.161.º : Passar do parecer favorável para a co-decisão (relatório Amato).</li> <li>▪ Art.162.º: formulação co-decisão</li> </ul>		
IV. Agricultura e pescas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.33.º</li> <li>▪ Art.35.º</li> <li>▪ Art.36.º</li> <li>▪ Art.38.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.32.º : expressão "mercado comum"</li> <li>▪ Art.34.º : termo "Comunidade"</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 37.º n.º 1 (caduco)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.37.º n.ºs 2 a 4: termo "Comunidade"+instrumentos</li> </ul>
V. Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.176.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.174.º: termo "Comunidade"</li> <li>▪ Art.175.º</li> </ul>		
VI. Defesa do consumidor		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.153.º: termo "Comunidade"; formulação processo co-decisão</li> </ul>		
VII. Transportes	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.70.º</li> <li>▪ Art.71.º,n.º2</li> <li>▪ Art.73.º</li> <li>▪ Art.74.º</li> <li>▪ Art.77.º</li> <li>▪ Art.79.º</li> <li>▪ Art.80.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.71.º,n.º1: formulação processo co-decisão;</li> <li>▪ Art.75.º: termo "Comunidade"</li> <li>▪ Art.76.º: idem</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.78.º (a manter?)</li> <li>▪ Art.72.º (data)</li> </ul>
VIII. Redes transeuropeias		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.154.º : termo "Comunidade"</li> <li>▪ Art.155.º: idem</li> <li>▪ Art.156.º : formulação processo co-decisão</li> </ul>		

IX. Investigação e desenvolvimento tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.167.º</li> <li>▪ Art.173.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.163.º: termo "Comunidade"</li> <li>▪ Art.164.º: idem</li> <li>▪ Art.165.º: idem</li> <li>▪ Art.166.º: idem + formulação co-decisão</li>   <li>▪ Art.168.º: idem</li> <li>▪ Art.169.º: idem</li> <li>▪ Art.170.º: idem</li> <li>▪ Art.171.º: idem</li> </ul> Art.172.º : formulação processo co-decisão		
------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

A4. A SEGURANÇA INTERNA	ARTIGOS INALTERADOS	ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO	ARTIGOS A SUPRIMIR	ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE
			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.41.º TUE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Os artigos 29.º a 42.º TUE deverão ser alterados à luz dos trabalhos do GT X e dos debates da sessão plenária de 5 e 6 de Dezembro de 2002.</li> <li>▪ Art.29.º TUE</li> <li>▪ Art.30.º TUE</li> <li>▪ Art.31.º TUE</li> <li>▪ Art.32.º TUE</li> <li>▪ Art.33.º TUE</li> <li>▪ Art.34.º TUE</li> <li>▪ Art. 35.º TUE (suprimir excepto n.º 5 ?)</li> <li>▪ Art.36.º TUE</li> <li>▪ Art.37.º TUE (a rever também à luz do artigo 18.º e Secção VI do anteprojecto de Tratado Constitucional)</li> <li>▪ Art.38.º TUE (disposição única sobre acordos internacionais)</li> <li>▪ Art.39.º TUE</li> <li>▪ Art.40.º TUE (cooperações reforçadas; ver artigo 32.º anteprojecto de Tratado Constitucional)</li> <li>▪ Art. 46.º TUE</li> </ul>

<b>A5. DOMÍNIOS EM QUE A UNIÃO PODE DECIDIR EMPREENDER ACÇÕES DE APOIO</b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
I. Emprego (sob reserva das recomendações do Grupo de Trabalho XI sobre a Europa Social)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art.130.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art.125.º: termo "Comunidade"</li> <li>Art.126.º: idem</li> <li>Art.127.º: idem</li> <li>Art.128.º : idem</li> <li>Art.129.º : formulação processo de co-decisão</li> </ul>		
II. Saúde pública		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art.152.º: termo "Comunidade" + formulação processo co-decisão</li> </ul>		
III. Indústria		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art.157.º</li> </ul>		
IV. Cultura		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art.151.º, n.ºs 1 a 4: termo "Comunidade"</li> <li>Art.151.º,n.º5: generalização da maioria qualificada para o processo de co-decisão (relatório Amato)</li> </ul>		
V. Educação, formação profissional, juventude		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art.149.º: termo "Comunidade" + formulação processo co-decisão</li> <li>Art. 150.º: idem</li> </ul>		

<b>B.</b> <b><u>A ACÇÃO EXTERNA</u></b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
	<p style="text-align: center;"><b>NOVO</b> (Artigo princípios e objectivos da acção externa)</p>			
I. Política comercial	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 134.º TCE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 132 TCE (Referência " Comunidade ", instrumentos)</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 131.º TCE (parcialmente; objectivos e princípios da acção externa num novo artigo)</li> <li>▪ Art. 133.º TCE</li> </ul>
II. Cooperação para o desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 179.º n.º2 TCE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 178.º TCE (" Comunidade "+ ref. a um novo artigo relativo aos objectivos e princípios da acção externa num único artigo)</li> <li>▪ Art. 179.º n.º 1 TCE (Ref. a um novo artigo relativo aos objectivos e princípios da acção externa num único artigo)</li> <li>▪ Art. 180.º TCE (Referência " Comunidade ")</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 177.º TCE (definição dos objectivos e princípios da acção externa num único artigo)</li> <li>▪ Art. 179.º n.º 3 TCE (no caso de integração do FED no Orçamento ( ?))</li> <li>▪ Art. 181.º-A n.º 1 (novo artigo princípios e objectivos)</li> </ul>
III. Aspectos externos das políticas abrangidas pelos Capítulos A1 a A4	<p style="text-align: center;"><b>NOVO</b> (Artigo em que será explicitada a competência externa da União nos domínios de competência interna)</p>			



IV. A política externa e de segurança comum				
1. Política externa	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 16.º TUE</li> <li>▪ Art. 27.º TUE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 301.º TCE (Referência " Comunidade ")</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 11.º TUE (ver artigo 13.º do novo Tratado e novo artigo sobre os objectivos e princípios da acção externa)<sup>1</sup></li> <li>▪ Art. 12.º (último travessão) TUE</li> <li>▪ Art. 13.º n.º 2 TUE (mecanismo/ procedimento para definir os objectivos específicos)</li> <li>▪ Art. 13.º n.º 3 TUE (se papel específico do titular da função de AR)</li> <li>▪ Art. 14.º TUE (papel específico do titular da função de AR)</li> <li>▪ Art. 15.º TUE (à luz dos elementos retomados no artigo 24.º do novo Tratado)</li> <li>▪ Art. 18.º TUE (representação, papel específico do titular da função de AR)</li> <li>▪ Art. 19.º TUE (papel do titular da função de AR numa melhor coordenação no quadro das organizações internacionais)</li> <li>▪ Art. 20.º TUE (papel das Delegações da União e Embaixadas EM relativamente ao AR)</li> <li>▪ Art. 21.º TUE (papel titular função AR, et se melhoramento informação PE)</li> <li>▪ Art. 22.º TUE (papel específico titular função AR)</li> <li>▪ Art. 26.º TUE (papel função AR/novo cargo)</li> <li>▪ Arts. 27.ºA, 27.ºB, 27.ºC, 27.ºD, 27.ºE TUE (a rever à luz do artigo 32.º do novo Tratado)</li> <li>▪ Art. 207.º n.º 2 TCE (nomeação titular função AR)</li> </ul>

<sup>1</sup> Todos estes artigos deverão sofrer alterações mais ou menos profundas em função dos trabalhos dos Grupos VII e VIII.

2. Gestão de crises	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 17.º n.º 1 1.º parágrafo (?),</li> <li>n.º1, 2.º parágrafo TUE</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 17.º n.º 1 3.º parágrafo, n.º 2, n.º 4 TUE (a rever)</li> <li>Art. 23.º n.º 1 TUE (alteração de " consenso "/unanimidade na aceitação)</li> <li>Art. 25.º TUE (artigo sobre CPS – alteração para papel função AR na gestão de crises e outros mecanismos)</li> </ul> <p>Inscrição de um dispositivo que permita flexibilizar os procedimentos de pedido contrib. para o orçamento comunitário (alteração art. 28.º n.º 3 TUE ?)</p> <p>Fundo fase preparatória ou modificação art. 28.º n.º3 TUE (para permitir despesas militares)</p>
	NOVO (objectivos de convergência)		
	NOVO (agência armamento)		

V. A celebração de acordos internacionais				<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 111.º n.ºs 1-3, 5 TCE</li> <li>▪ Art. 133.º n.ºs 3, 5-7 TCE</li> <li>▪ Art. 170.º TCE</li> <li>▪ Art. 174.º n.º 4 TCE</li> <li>▪ Art. 181.º TCE</li> <li>▪ Art. 181.º-A n.ºs 2-3 TCE</li> <li>▪ Art. 300.º TCE</li> <li>▪ Art. 310.º TCE</li> <li>▪ Art. 24.º TUE</li> <li>▪ Art. 38.º TUE</li> </ul> <p>(novo artigo que congregará as disposições sobre negociação de acordos internacionais)</p>
VI. Relações e representação nas organizações internacionais		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 111.º n.º 4 TCE ("Comunidade", representação)</li> <li>▪ Art. 303.º TCE ("Comunidade")</li> <li>▪ Art. 304.º TCE ("Comunidade")</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 302.º TCE</li> </ul>

<b>C. <u>DEFESA</u></b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
	<p style="text-align: center;">NOVO (Artigo que especificará a implementação do artigo 30.º do novo Tratado)</p>			
	<p style="text-align: center;">NOVO (Cláusula Conselho Europeu, aprovação de uma declaração de avaliação da ameaça e actualização)</p>			
<b>D. <u>O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO</u></b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
<b>I.     <u>Disposições institucionais</u></b>				
<b>O Parlamento Europeu</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 193.º : (comissões temporárias de inquérito)</li> <li>▪ Arts. 196.º, 197.º, 199.º, 200.º : (funcionamento interno)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 194.º (petição): ref. à "Comunidade"</li> <li>▪ Art. 195.º, excep. n.º 1, 1.º parágrafo: (Prov. Justiça)</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 191.º (partidos políticos) : a <i>transferir para o Título "Vida democrática" ?</i></li> </ul>

<b>O Conselho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 204.º (convocação)</li> <li>▪ Art. 206.º (delegação votação)</li> <li>▪ Art. 207.º, n.º 1 (Coreper)</li> <li>▪ Art. 207.º, n.º 3, 1.º parágrafo (regulamento interno)</li> <li>▪ Art. 209.º (estatutos dos comités)</li> <li>▪ Art. 210.º (vencimentos e pensões) : cf. <i>infra</i></li> </ul>			Art. 207.º, n.º 2 (Secretário-Geral/AR)
<b>A Comissão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 213.º, n.º 2, 2.º e 3.º parágrafos (noção de independência) <sup>1</sup></li> <li>▪ Art. 216.º (demissão comissários)</li> <li>▪ Art. 218.º, n.º 2 (regulamento interno)</li> <li>▪ Art. 219.º, 2.º parágrafo (quorum)</li> <li>▪ Art. 284.º (poder de inquérito da Comissão)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 212.º (relatório anual) : ref. à "Comunidade"</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 215.º (substituição comissários) : <i>depende da alteração ao art. 214.º</i></li> </ul>

<sup>1</sup> A reforma da Comissão poderá implicar uma alteração substancial desta disposição

<b>O Tribunal de Justiça</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 292.º (resolução diferendos)</li> <li>▪ Arts. 226.º, 227.º, 228.º, 232.º a 235.º, 237.º, 239.º a 244.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 225.º-A : <i>instrumento : ref. a "decisão"</i></li> <li>▪ Art. 229.º : <i>ref. a "regulamentos" e denominação do processo de co--decisão</i></li> <li>▪ Art. 229.º A: <i>ref. a "títulos comunitários"</i></li> <li>▪ Art. 231.º : <i>ref. a "regulamentos"</i></li> <li>▪ Art. 236.º : <i>ref. à "Comunidade"</i></li> <li>▪ Art. 238.º : <i>ref. à "Comunidade"</i></li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 46.º TUE</li> <li>▪ Art. 68.º TCE</li> <li>▪ Artigos 221.º a 225.º do TCE (<i>em parte – certas disposições destes artigos deverão figurar no artigo 20.º do Tratado Constitucional</i>)</li> <li>▪ Art. 230.º (recurso de anulação) : <i>novas regras recurso TJCE?</i></li> <li>▪ Art. 245.º (estatuto do TJCE) : <i>alteração de procedimento ?</i></li> <li>▪ Arts. 225.º-A et 229.º-A (<i>criação de novas câmaras : alteração procedimento ?</i>)</li> </ul>
<b>O Tribunal de Contas</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arts. 247.º e 248.º (<i>em parte – Certas disposições destes artigos deverão figurar no artigo 21.º do Tratado Constitucional</i>)</li> </ul>		

<b>O SEBC e o BCE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 107.º, n.ºs 4 et 6 (referência aos Estatutos do SEBC)</li> <li>Art. 108.º (independência)</li> <li>Arts. 112.º e 113.º (Composição e funcionamento do Conselho e da Comissão Executiva)</li> <li>Art. 114.º, n.ºs 3 e 4</li> <li>Art. 115.º</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 109.º (segunda fase) ? <i>A suprimir ? (obsoleta).</i></li> <li>Art. 114.º, n.º 1 : suprimir (Comité Monetário substituído pelo Comité Económico e Financeiro)</li> <li>Art. 114.º, n.º 2 : <i>ref. à "Comunidade"</i></li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 107.º, n.º 5 (alteração Estatutos SEBC): <i>alteração de procedimento ? : parecer favorável ou co-decisão ? (Relatório Amato)</i></li> </ul>
<b>Banco Europeu de Investimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Artigos 9.º, 266.º TCE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 267.º : <i>ref. à "Comunidade"</i></li> </ul>		
<b>Os órgãos consultivos da União</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 209.º (estatutos dos comités) <i>V. Art. 23.º do Tratado Constitucional ?</i></li> <li>Artigos 257.º a 262.º (Comité Económico e Social)</li> <li>Artigos 263.º a 265.º (Comité das Regiões)<sup>1</sup></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Artigo 258.º, 3.º parágrafo,</li> <li>Art. 259.º, n.º 2</li> <li>Art. 263.º, 3.º parágrafo</li> </ul> <p><i>Ref. à "Comunidade"</i></p>		
<b>Disposições comuns às Instituições</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Arts 210.º, 247.º(n.º 8) e 258.º(4.º parágrafo) (vencimentos dos membros de certas instituições ou órgãos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 283.º(Estatuto dos Funcionários)</li> <li>Art. 287.º (dever de sigilo)</li> <li>Art. 289.º (sede instituições)</li> <li>Art. 290.º : (regime linguístico)</li> <li>Art. 291.º (privilégios e imunidades)</li> </ul> <p><i>Ref. à(s) "Comunidade(s)"</i></p>		

<sup>1</sup> Sob reserva do debate em plenário sobre as regiões.

<b><u>II. Disposições relativas aos procedimentos e aos actos</u></b>				
<b>Procedimentos</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 251.º (em parte – descrição pormenor. proc. de co-decisão)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Art. 252.º (processo de cooperação : suprimir (relatório Amato)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arts 7.º TUE et 309.º TCE (<i>em parte – descrição pormenor. procedimento de sanção de um EM por violação princípios e valores</i>) ? <i>Ou apenas na primeira parte do Tratado Constitucional?</i></li> <li>▪ Arts. 272.º e 273.º (em parte) : processo orçamental</li> </ul>
<b>Actos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 254.º (publicação dos actos) : <i>cf.artigo 24.º do Tratado Constitucional</i></li> <li>▪ Art.256.º (título executivo dos actos da Comissão e do Conselho)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art.253.º (fundamentação dos actos) : <i>ref. aos instrumentos</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Art. 293.º (Convenção TCE): supressão (<i>relatório Amato</i>)</li> </ul>	
<b><u>III. Disposições relativas às finanças da União</u></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arts. 271.º, 274.º</li> <li>▪ Arts. 276.º, 277.º</li> <li>▪ Art. 278.º</li> <li>▪ Art. 279.º (aprovação regulamentação financeira e outras modalidades)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ – Arts. 275.º e 280.º</li> </ul> <p><i>ref. à "Comunidade".</i></p>		



<b><u>IV. Cooperações reforçadas</u></b>				<ul style="list-style-type: none"> <li>Arts. 40.º, 43.º, 44.º TUE e 11.º TCE (<i>em parte cf. art. 32.º do Tratado Constitucional</i>)</li> </ul>
<b><u>V. Disposições diversas</u></b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 294.º (não discriminação accionistas em razão da nacionalidade)</li> <li>Art. 295.º (regime da propriedade)</li> <li>Art. 296.º (interesses essenciais da segurança dos EM – lista secreta).</li> <li>Art. 297.º (protecção do "mercado comum" em circunstâncias excepcionais)</li> <li>Art. 298.º (Controlo da aplicação dos artigos 296.º e 297.º).</li> <li>Art. 306.º (Benelux)</li> <li>Art. 307.º (convenções dos EM anteriores a 1958)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 288.º (responsabilidade da Comunidade)</li> <li>Art. 285.º (estatísticas)</li> <li>Art. 286.º (tratamento de dados pessoais) : a <i>inserir na secção "cidadania" da segunda parte do Tratado Constitucional ?</i>  <i>ref. à "Comunidade".</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 305.º (nexo com CECA e EURATOM) : n.º 1 a <i>suprimir</i>; n.º 2 a <i>rever à luz do destino do Tratado EURATOM</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 282.º (capacidade jurídica)</li> </ul>
<b>Parte 2-A? : Países e territórios ultramarinos (<i>pro memoria</i>)</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Arts 182.º a 188.º</li> </ul>		

**1.ª PARTE**

<b><u>ARQUITECTURA DO TRATADO</u></b>				
<b>Título I: Definição e objetivos da União</b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS 1</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
Artigo 1.º: Criação da [Comunidade Europeia, União Europeia, Estados Unidos da Europa, Europa Unida]	NOVO		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 1.º n.º3</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art.1.º n.ºs 1 e 2 TUE</li> <li>Art. 1.º TCE</li> </ul>
Artigo 2.º: Valores	NOVO			<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 6.º n.º 1 TUE</li> </ul>
Artigo 3.º: Objectivos	NOVO			<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 2.º TUE arts. 2.º,3.º,4.º TCE</li> <li>Art. 11.º TUE</li> <li>Art. 29.º TUE</li> </ul>
Artigo 4.º: Personalidade jurídica	NOVO		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 281.º TCE</li> </ul>	

<sup>1</sup> Os artigos que se mantêm inalterados carecerão também, nomeadamente, de um trabalho de adaptação, inclusive da numeração.

<b>Título II: A cidadania da União e os direitos fundamentais</b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
Artigo 5.º: A cidadania da União <sup>1</sup>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 12.º TCE art. 18.º TCE</li> <li>▪ Art. 19.º n.º 2 TCE</li> <li>▪ Art. 21.º TCE (Carta)</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 17.º TCE (dupla nacionalidade)</li> </ul>
Artigo 6.º: A Carta dos Direitos Fundamentais				<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 6.º TUE</li> </ul>

<sup>1</sup> As disposições que atribuem à União competência para estabelecer as modalidades de exercício de alguns destes direitos figuram na segunda parte do Tratado Constitucional; o mesmo se passa com o actual segundo parágrafo do art. 22.º do TCE, que dá ao Conselho a possibilidade de aprovar disposições destinadas a aprofundar os direitos de cidadania.

	ARTIGOS INALTERADOS	ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO	ARTIGOS A SUPRIMIR	ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE
Artigo 7.º: Os princípios fundamentais: atribuição, subsidiariedade, proporcionalidade				<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 5.º TCE</li> <li>Art. 2.º n.º 2 TUE</li> </ul> Protocolo subsidiariedade/ proporcionalidade
Artigo 8.º: O respeito pelos princípios fundamentais: competências de atribuição limitadas. Controlo da subsidiariedade e da proporcionalidade. Primado do direito da União. Evolução ao longo do tempo		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 10.º TCE</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 308.º TCE</li> </ul>
Artigo 9.º: As categorias de competências: definição	NOVO			
Artigo 10.º: As competências exclusivas	NOVO			
Artigo 11.º: As competências partilhadas	NOVO			
Artigo 12.º: Os domínios de acção de apoio	NOVO			
Artigo 13.º: Política externa e de segurança comum; política de defesa comum; política em matéria de polícia e de justiça no domínio penal	NOVO			

<b>Título IV: <u>As Instituições da União</u></b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
Artigo 14.º: O sistema institucional comum às acções empreendidas pela União e às acções empreendidas conjuntamente pelos Estados- -Membros no quadro da União			<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 47.º TUE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 3.º TUE Art. 5.º TUE</li> <li>Art. 28.º n.º1 TUE</li> <li>Art. 41.º n.º1 TUE</li> <li>Art. 7.º TCE</li> <li>Art. 8.º TCE</li> </ul>
Artigo 15.º: O Conselho Europeu: composição, papel, funções				<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 4.º TUE</li> <li>Art. 13.º n.ºs 1 e 2 TUE</li> </ul>
Artigo 15.º A: A Presidência do Conselho Europeu				<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 4.º TUE</li> </ul>
Artigo 16.º: O Parlamento Europeu: composição, atribuições	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 21.º TUE</li> <li>Art. 195.º n.º 1, 1.º parágrafo TCE</li> <li>Art. 201.º TCE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 192.º TCE</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 39.º n.º 1 TUE</li> <li>Art. 189.º TCE Art. 190.º TCE</li> </ul>
Artigo 17.º: O Conselho: composição, atribuições	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 208.º TCE</li> <li>Art. 203.º 1.º par. TCE</li> <li>Art. 218.º n.º 1 TCE</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 13.º n.º 3<sup>1</sup></li> <li>Art. 26.º TUE</li> <li>Art. 202.º TCE</li> </ul>
Artigo 17.º A: A Presidência do Conselho				<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 18.º TUE</li> <li>Art. 203.º 2.º par. TCE</li> </ul>

<sup>1</sup> Ver também art. 29.º do anteprojecto.

Artigo 18.º: A Comissão: composição; atribuições (monopólio da iniciativa). <sup>1</sup>	▪ Art. 218.º n.º 1 TCE			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Arts. 27.º TUE e 36.º n.º 2 TUE</li> <li>▪ Art. 211.º TCE Art. 250.º n.º 2</li> <li>▪ Art. 213.º n.º 1 e n.º 2, 1.º par., TCE</li> <li>▪ Art. 214.º TCE</li> <li>▪ Art. 217.º TCE</li> </ul>
Artigo 18.º A: A Presidência da Comissão				<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 214.º TCE</li> <li>▪ Art. 219.º 1.º par. TCE</li> </ul>
Artigo 19.º: O Congresso dos Povos da Europa	NOVO			
Artigo 20.º: O Tribunal de Justiça	▪ Art. 220.º TCE (Art. 220.º 1.º par. sequência Nice)			<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 35.º TUE (suprimido excepto n.º 5 ?)</li> <li>▪ Art. 46.º TUE</li> <li>▪ Art. 68.º TCE</li> <li>▪ Art. 221.º TCE Art. 222.º TCE</li> <li>▪ Art. 225.º TCE Art. 223.º TCE (em parte)</li> </ul>
Artigo 21.º: O Tribunal de Contas	▪ Art. 246.º TCE	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 247.º TCE (em parte)</li> <li>▪ Art. 248.º TCE (em parte)</li> </ul>		
Artigo 22.º: O Banco Central Europeu	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 105.º n.º 4</li> <li>▪ Art. 106.º n.º 1</li> <li>▪ Art. 107.º n.º 2 TCE</li> <li>▪ Art. 110.º n.º 1 TCE</li> </ul>			▪ Art. 8.º TCE
Artigo 23.º: Os órgãos consultivos da União	▪ Art. 209.º TCE	▪ Art. 7.º n.º 2 TCE		

<sup>1</sup> Será feita uma referência específica ao direito de iniciativa da Comissão, bem como às respectivas consequências para o direito de voto no Conselho (ver também art. 37.º do anteprojecto).

<b>Titre V:</b> <b><u>Implementação das</u></b> <b><u>competências e das acções da</u></b> <b><u>União</u></b>	<b>ARTIGOS</b> <b>INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A</b> <b>ALTERAR A NÍVEL</b> <b>TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A</b> <b>SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR</b> <b>SUBSTANCIALMENTE</b>
<p>Artigo 24.º:</p> <p>Os instrumentos da União: por exemplo: leis europeias, leis-quadro, decisões europeias (lista a precisar à luz das conclusões do Grupo de Trabalho IX).</p>		<p>Todos os artigos que citam instrumentos (ver Parte II)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 110.º TCE (mas sem paralelismo com art. 249.º TCE)</li> <li>▪ Art. 254.º TCE</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 12.º TUE</li> <li>▪ Art. 14.º n.ºs 1, 2, 3, 4 TUE</li> <li>▪ Art. 15.º TUE</li> <li>▪ Art. 34.º n.º 2 TUE</li> <li>▪ Art. 249.º TCE</li> </ul>
<p>Artigo 25.º:</p> <p>Processo legislativo: procedimentos de aprovação das leis e leis-quadro</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 251.º TCE (em parte)</li> </ul> <p>Todos os artigos que remetem para procedimentos (ver Parte II)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 252.º TCE</li> </ul>	
<p>Artigo 26.º:</p> <p>Procedimentos de aprovação das decisões</p>	NOVO			
<p>Artigo 27.º:</p> <p>Procedimentos de aprovação dos actos de execução</p>				<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Art. 202.º TCE</li> <li>▪ Art. 211.º TCE</li> </ul>
<p>Artigo 28.º:</p> <p>Procedimentos de implementação das acções de apoio (incluindo os programas). Fiscalização da execução</p>	NOVO			

Artigo 29.º: 1) Política externa e de segurança comum 2) Gestão de crises	<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 12.º último travessão TUE</li> <li>Art. 16.º TUE</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 13.º (a aditar: iniciativa AR) n.ºs 2 e 3 TUE</li> <li>Art. 14.º n.ºs 4,5,6 e 7 TUE</li> <li>Art. 22.º n.º1 TUE</li> <li>Art. 25.º TUE (seq. Nice)</li> </ul>
Artigo 30.º: Política de defesa comum <sup>1</sup>	NOVO			
Artigo 31.º: Política em matéria de polícia e de justiça no domínio penal				<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 29.º TUE <sup>2</sup></li> </ul>
Artigo 32.º: Recurso às cooperações reforçadas				<ul style="list-style-type: none"> <li>Arts. 40.º e 43.º TUE</li> <li>Art. 44.º TUE</li> <li>Art. 11.º TCE (em parte)</li> </ul>
<b>Título VI: A vida democrática da União</b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
Artigo 33.º: Princípio da igualdade democrática dos cidadãos da União	NOVO			
Artigo 34.º: Princípio da democracia participativa	NOVO			
Artigo 35.º: Lei eleitoral uniforme para a eleição do Parlamento Europeu				<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 190.º n.º 4 TCE</li> </ul>

<sup>1</sup> Ver também art. 17.º do anteprojecto.

<sup>2</sup> Considera-se que este artigo se refere à secção C) da 2.ª Parte do anteprojecto de Tratado Constitucional.



Artigo 36.º: Transparência dos debates legislativos da União <i>e acesso aos documentos</i>  <i>Artigo 36.º-A : direito à boa governança?</i>				<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 207.º n.º 3, 2.º parágrafo TCE</li> <li>Art. 255.º TCE</li> </ul>
Artigo 37.º: Regras de votação das Instituições da União. Aplicação da possibilidade de "abstenção construtiva" e respectivas consequências		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 23.º TUE</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 23.º TUE</li> <li>Art. 34.º n.ºs 3 e 4 TUE</li> <li>Art. 205.º TCE</li> <li>Art. 219.º 2.º parágrafo TCE Art. 198.º TCE</li> <li>Art. 250.º TCE</li> </ul>
<b>Título VII: As finanças da União</b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
Artigo 38.º: Os recursos da União				<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 269.º TCE</li> </ul>
Artigo 39.º: O princípio do equilíbrio orçamental da União		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art 270.º TCE</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 268.º 3.º par. TCE</li> </ul>
Artigo 40.º: O processo orçamental da União				<ul style="list-style-type: none"> <li>Art. 28.º n.ºs 2, 3 e 4 TUE art 41.º n.ºs 2, 3, e 4 TUE</li> <li>Art. 268.º n.ºs 1 e 2 TCE</li> <li>Art. 272.º TCE Art. 273.º TCE</li> <li>Art. 274.º TCE (em parte)</li> </ul>

<b>Título VIII: A acção da União no mundo</b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
Artigo 41.º: A representação externa da União				▪ Art. 18.º TUE
<b>Título IX: A União e os Estados vizinhos</b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
Artigo 42.º: Relações privilegiadas entre a União e Estados vizinhos				▪ Art. 310.º TCE
<b>Título X: A pertença à União</b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
Artigo 43.º: Uma União aberta a todos os Estados da Europa que respeitem estritamente os seus valores e direitos fundamentais e aceitem as suas regras de funcionamento	NOVO			
Artigo 44.º: Processo de adesão à União	▪ Art. 49.º TUE			
Artigo 45.º: A suspensão dos direitos de pertença à União				▪ Art. 7.º TUE ▪ Art. 309.º TCE
Artigo 46.º: O processo de saída da União	NOVO			

**3.ª PARTE :**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

<b><u>ARQUITECTURA DO TRATADO</u></b>				
<b>Último Título:</b>	<b>ARTIGOS INALTERADOS</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR A NÍVEL TÉCNICO</b>	<b>ARTIGOS A SUPRIMIR</b>	<b>ARTIGOS A ALTERAR SUBSTANCIALMENTE</b>
Revogação dos Tratados anteriores	NOVO		▪ Art. 50 : a suprimir ? (cf. art. 9.º Tratado Amesterdão)	
Continuidade jurídica relativamente à Comunidade Europeia e à União Europeia	NOVO			
Âmbito de aplicação		▪ Art. 299.º TCE		
Protocolos		▪ Art. 311.º TCE		
Processo de revisão do Tratado Constitucional				▪ <i>Art. 48.º TUE (a analisar)</i>
Aprovação, ratificação e entrada em vigor do Tratado Constitucional				▪ Art. 52.º TUE ▪ Art. 313.º TCE (a fundir) (a analisar)
Período de vigência		▪ Art. 51.º TUE ▪ Art. 312.º TCE (a fundir)		
Línguas		▪ Art. 53.º TUE ▪ Art. 314.º TCE (a fundir)		